

Reforma Tributária e o desmatamento do Cerrado e da Amazônia

» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO

Engenheiro florestal e conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), representando a sociedade civil da Região Centro-Oeste

A Câmara dos Deputados aprovou, neste mês, o Projeto de Lei da Reforma Tributária, que, agora, segue para o Senado Federal. Infelizmente, não se considerou uma estratégia para, por meio dessa reforma, frear o desmatamento dos dois maiores biomas brasileiros — a Amazônia e o Cerrado —, bem como a emissão de gases do efeito estufa. Mais de 70% das emissões nacionais de gases de efeito estufa são provenientes das atividades agropecuárias caracterizadas, principalmente, por: gás carbônico (CO₂), emitido pelo desmatamento, mudança no uso da terra e queimadas; metano, que é 30 vezes mais poderoso do que o CO₂ e emitido pelo processo digestivo do gado (2/3 do metano é liberado pelo gado); e óxido nítrico, que é 300 vezes mais poderoso do que o CO₂ e emitido pelos nitratos de fertilizantes artificiais que reagem com o oxigênio do ar e, também, pela decomposição do nitrogênio no esterco e na urina do gado.

As renúncias fiscais concedidas ao agronegócio, especialmente para a produção de carne e de soja, são os principais indutores do contínuo desmatamento desses biomas. Com a Reforma Tributária aprovada na Câmara dos Deputados, isso será mantido e expandido, em função da alíquota zero para quem comercializa carne e de alíquotas reduzidas para os produtores agropecuários. As alíquotas para a aquisição e importação de insumos agrícolas, como agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros venenos), sementes, adubos, calcário, ureia, rações, entre outros, têm redução de alíquotas em 60%.

O Brasil deixa de arrecadar anualmente bilhões de reais com essas concessões que induzem o desmatamento e permanece como um exportador de matérias-primas, especialmente commodities agrícolas. Dessa forma, mantém-se como um país subdesenvolvido, considerando que está em 89º lugar entre todas as nações do mundo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pela ONU, apesar de possuir a oitava economia global (PIB), caracterizando-se como um país de grandes desigualdades e concentrador de renda.



O Brasil é o maior exportador de carne e de grãos de soja do mundo, e o consumo só tende a aumentar. Ou seja, podemos dizer que, para cada cabeça de gado abatida para o consumo, uma parte da Amazônia está sendo desmatada, e, para cada saca de soja produzida, uma parte do Cerrado é destruída. Se não houver estratégias inteligentes na concessão de incentivos fiscais, vamos continuar assistindo à destruição do Cerrado e da Amazônia de forma legal e incentivada.

O que se verificou na discussão e nas audiências públicas sobre o projeto da reforma tributária foram lobbies de todos os segmentos da economia para garantir isenções para os seus setores, sem estratégias adequadas frente aos impactos ao meio ambiente. O que não se viu, ou não teve repercussão, foram lobbies relacionados aos incentivos

que levem à proteção dos biomas — seja pela bancada parlamentar ambientalista, que não sei o que de concreto conseguiu nos últimos anos, seja da própria sociedade civil organizada, que, nos últimos tempos, anda meio desorganizada e desmobilizada.

Mas, o que poderia ser feito em termos da Reforma Tributária sem prejudicar o setor agropecuário e frear o avanço da fronteira agrícola nesses biomas? Algo simples e direto seria a não concessão de qualquer tipo de incentivo para quem pretende desmatar novas áreas para produzir. Apenas nas áreas já consolidadas seriam mantidos os incentivos, sendo que, no caso da carne, poderia se pensar em conceder incentivo de alíquotas zero, prevista para produtos da cesta básica, apenas para o que for consumido no mercado interno. O que for exportado de carne não teria essa alíquota zero.

No caso dos agrotóxicos, poderia ser prevista a inclusão de critérios de toxicidade na tributação, sendo que os mais tóxicos pagariam mais, por meio do imposto seletivo. Em contrapartida, poderiam ser concedidos incentivos aos bioinsumos. Também poderiam ter incentivos mais representativos os produtos oriundos da produção sustentável da biodiversidade de todos os biomas que mantêm a vegetação em pé, como castanhas em geral, frutos, entre outros.

Além disso, pode-se estimular a recuperação de áreas de vegetação nativa nas propriedades que necessitam recompor suas reservas legais e áreas de preservação permanente e, ainda, incentivar de forma mais forte os proprietários de terras que mantêm áreas de vegetação nativa além do que é previsto no Código Florestal por meio de pagamentos por serviços ambientais proporcionados pela natureza, como água, biodiversidade, polinização, controle biológico de pragas e doenças, fundamentais para o setor agropecuário.

Muita coisa pode ser feita em benefício da natureza com a Reforma Tributária. Espera-se que, no Senado, possa haver uma discussão mais aprofundada sobre essa questão e que sejam previstos incentivos e/ou desincentivos com o objetivo de proteger nossos ricos biomas e frear o desmatamento da Amazônia e do Cerrado.

Educação infantil ajuda a formar uma sociedade consciente

» JOSÉ CARLOS CIRILO

Diretor-geral do Departamento Nacional do Sesc

A universalização da educação infantil é, sem dúvida, um dos maiores desafios para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. No entanto, o país tem enfrentado obstáculos significativos nesse caminho. O estudo Síntese de Indicadores Sociais 2023, divulgado pelo IBGE, mostra que, entre 2019 e 2022, o Brasil não avançou na meta de universalização da educação infantil proposta no Plano Nacional de Educação (PNE). A frequência escolar das crianças de 4 e 5 anos, início da obrigatoriedade da educação básica, recuou 1,2 ponto percentual, passando de 92,7% para 91,5%.

O cenário da educação infantil no Brasil inspira atenção, uma vez que essa etapa é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, contribuindo para a formação de habilidades e competências essenciais para a vida. As crianças precisam vivenciar o aqui e o agora, e isso é garantir o respeito às identidades das infâncias e aos campos de experiências, como o direito de ser, de aprender e de se desenvolver.

Além disso, o acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida tem efeitos duradouros, impactando positivamente o desempenho acadêmico futuro, a formação de uma consciência crítica e até a redução de desigualdades sociais. A educação infantil permite que crianças de diferentes contextos socioeconômicos comecem sua trajetória escolar em condições mais igualitárias. Isso é particularmente importante em um país como o Brasil, com grandes desafios nesse sentido. Assim, a formação de indivíduos conscientes e preparados para enfrentar os diferentes contextos de nossa sociedade pode resumir o grande propósito dessa atuação.

Essa é também a base da Proposta Pedagógica da Educação Infantil da Rede Sesc de Educação. O documento propõe a construção de uma educação participativa e transformadora, na qual as crianças são vistas como sujeitos da história e produtores de cultura, além de promover o desenvolvimento de uma postura autônoma e crítica. Os seus princípios norteadores são as interações e as brincadeiras, assegurando também os seis direitos de aprendizagem estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. E tendo a brincadeira como um de seus eixos estruturantes, reconhece-a como fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, pois favorece a criatividade, a interação social, o desenvolvimento emocional e é um poderoso instrumento de aprendizagem. Hoje, essa metodologia é aplicada para quase 20 mil alunos em 139 escolas espalhadas por todas as regiões do país.

O Sesc investe, ainda, na formação continuada dos educadores, reconhecendo que professores bem preparados e atualizados são essenciais para a qualidade da educação infantil. O desenvolvimento contínuo desses profissionais é um pilar para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e eficazes, alinhadas com as necessidades e potencialidades dos educandos. Dessa forma, a estrutura, o conteúdo, a formação do corpo docente e discente que buscamos está em consonância com o propósito institucional do Sesc e com a atuação de algumas das melhores instituições de ensino do país e do mundo.

Como aspecto imprescindível para o desenvolvimento cognitivo temos, ainda, o envolvimento dos pais e responsáveis no processo educativo e o diálogo com o território em que as escolas estão inseridas. A conexão entre estudantes, famílias e territórios é fundamental no processo educativo, permitindo a troca de saberes e experiências, que se complementam e contribuem para desenvolver cidadãos mais saudáveis, solidários e empáticos.

Por meio da educação infantil de qualidade, nossas crianças têm a oportunidade de crescer com uma visão mais ampla do mundo e se tornarem indivíduos melhores e mais felizes. Aumentar o acesso escolar significa plantar sementes de esperança por uma sociedade mais consciente e preparada para lidar com os desafios do cotidiano. É o nosso dever proporcionar uma base sólida para que elas se desenvolvam como cidadãos capazes de contribuir positivamente para o mundo, confiando no potencial transformador da educação. Afinal, o futuro é agora.

Vidas secas: sentimentos podem florescer na aridez?

» HELENA MOURA

Professora da Faculdade de Medicina da UNB e membro do grupo de geopsiquiatria da Associação Mundial de Psiquiatria

As personagens da obra de Graciliano Ramos parecem ser tão áspers quanto o terreno em que pisam. A pobreza de palavras, ideias e de habilidades em expressar suas emoções, muitas vezes se restringindo à agressividade, contrasta apenas com as reflexões e afetuosidade da cachorrinha Baleia. Entretanto, a sensibilidade do autor nos revela uma camada mais profunda onde germinam o medo, a vergonha, esperança... É possível que tenhamos diferentes estágios emocionais? Como a neurociência explica essa questão?

Para o renomado neurocientista António Damásio, a formação dos sentimentos foi uma etapa importante para a evolução da nossa espécie, pois eles possibilitam a regulação do nosso comportamento. Como isso acontece?

Primeiramente, vamos entender a diferença entre emoções e sentimentos. As primeiras se referem às mudanças fisiológicas em nosso organismo decorrente de um estímulo externo (ou lembrança dele). Um estímulo ameaçador, por exemplo, leva à liberação de hormônios de estresse, aumento da frequência cardíaca e outras mudanças corporais para nos preparar para enfrentar o perigo (ou fugir dele)! Contudo, isso não necessariamente pode gerar um estado consciente de medo. Quando isso acontece, aí, sim, temos o que ele chama de sentimento. Essa distinção destaca como o corpo e a mente interagem para formar a experiência emocional completa.

Percebam, portanto, que sentir não é um processo inato e automático, mas que envolve aprendizagem. Fatores como baixa escolaridade, baixa renda e

exposição a traumas estão associados a prejuízos cognitivos e emocionais que dificultam esse processo. A vida de Fabiano e Sinhá Vitória, reflexo da sociedade e ambiente em que viviam, representa bem isso. Para além das habilidades individuais, normas culturais e práticas sociais modulam a intensidade e a expressão dos sentimentos, dando-lhes contextos e significados específicos. É por isso que “cabra macho” não chora.

O problema de não conseguir interpretar claramente nossas emoções é que isso nos deixa mais vulneráveis ao adoecimento mental. Indivíduos com mais dificuldade em sentir sofrem de um problema conhecido como alexitimia. Há várias décadas, a alexitimia vem sendo apontada como um dos fatores de risco para o alcoolismo e abuso de outras substâncias, sob a justificativa de que é mais fácil lidar com sensações já esperadas e “sob demanda”, mesmo as desconfortáveis, que lidar com as emoções inesperadas que surgem em resposta aos imprevistos da vida.

Em *Vidas secas*, podemos perceber que as personagens têm dificuldade não apenas em entender o que estão sentindo, mas também em interpretar as reações das outras pessoas. E como isso é assustador! A obra nos faz mergulhar nessa confusão em vários momentos e, com frequência, temos dificuldade em distinguir fantasia de realidade, pensamento de ações. É isso que um pobre “letramento emocional” pode causar.

Em contrapartida, Lisa Barrett, outra estudiosa das emoções, criou o termo “granularidade emocional” para se referir à capacidade de diferenciar e

rotular experiências emocionais de maneira precisa e específica. Pessoas com alta granularidade emocional conseguem distinguir um espectro maior de emoções e são capazes de sentir a diferença entre estar irritado, frustrado ou furioso, enquanto pessoas com baixa granularidade emocional tendem a ter uma compreensão mais vaga e difusa de suas emoções, como simplesmente sentir-se mal ou bem. Isso permite a geração de respostas mais adaptadas e reduz o risco de adoecimento mental. Quando sentimos claramente o medo, por exemplo, podemos associá-lo à situação que o provocou e passar a evitá-la ou aprender como lidar com ela.

A boa notícia é que podemos desenvolver melhor nossa capacidade de sentir. Cada vez mais, estratégias voltadas à regulação emocional têm sido desenvolvidas e empregadas na prática psicoterápica. Meditação também tem se mostrado uma ferramenta útil nesse processo. Um estudo publicado na *Scientific Reports* em 2018 mostrou que treinamento em atenção plena, ou mindfulness, induziu o aumento da conectividade na ínsula, região do cérebro importante para a interpretação das emoções.

Um ponto interessante: a habilidade de sentir se dá predominantemente no córtex, uma área mais complexa e desenvolvida do cérebro, enquanto as emoções vêm de áreas mais primitivas. Entretanto, essa habilidade não se restringe ao córtex. Isso sugere que os sentimentos não são exclusividade dos humanos e nem mesmo dos mamíferos!

Mais uma vez, percebemos a genialidade de Graciliano Ramos. As representações dos sentimentos de Baleia, afinal, não eram apenas licença poética.